

Praça Juscelino Kubitschek, 173 - Centro - 36.140-000 - Telefone: (32) 3281-1810

#### LEI ORDINÁRIA Nº 2.058, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

Regulamenta a Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lima Duarte aprova e a Prefeita Municipal sanciona a seguinte lei:

- **Art.** 1ºA rede pública de educação básica do Município de Lima Duarte MG disporá de serviços de Psicologia e de Serviço Social.
- § 1º O psicólogo e o assistente social integrarão equipes multiprofissionais da rede pública de educação básica para atender necessidades e prioridades definidas pela política de educação.
- § 2º O assistente social e o psicólogo considerarão o projeto político pedagógico da rede pública de educação básica e dos respectivos estabelecimentos de ensino.
- § 3º O assistente social e o psicólogo de que trata esta lei serão lotados na rede pública de educação básica de ensino da Secretaria de Educação de Lima Duarte MG.
- **Art. 2º** O assistente social e o psicólogo, juntamente com a equipe multiprofissional (supervisor/pedagogo/especialistas, professores e direção) da educação, contribuirão para:

I -assegurar o direito de acesso e de permanência na escola;

- II garantir condições de pleno desenvolvimento do estudante;
- III atuar em processos de ingresso, regresso, permanência e avanço do estudante;
- IV ampliar e fortalecer a participação familiar e comunitária previstas no projeto politico pedagógico;
- V viabilizar o direito à educação básica do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação, jovens e adultos, comunidades tradicionais, pessoas em privação de liberdade e do estudante internado para tratamento de saúde por longo período;
- VI promover a valorização do trabalho de professores e de profissionais da rede pública de educação básica;



Praça Juscelino Kubitschek, 173 – Centro – 36.140-000 - Telefone: (32) 3281-1810

- VII criar estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social;
- VIII acompanhar famílias em situações de ameaça, violações de direitos humanos e sociais;
- IX articular a rede de serviços para assegurar proteção de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, vítimas de violência doméstica e bullying;
- X -oferecer programas de orientação e apoio às famílias mediante articulação das áreas de educação, saúde, assistência social;
- XI monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
- XII incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino e demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais;
- XIII promover ações de combate ao racismo, sexismo, homofobia, discriminação social, cultural, religiosa;
- XIV estimular a organização estudantil em estabelecimentos de ensino e na comunidade por meio de grêmios, conselhos, comissões, fóruns, grupos de trabalhos, associações, federações e demais formas de participação social;
- XV divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude, Estatuto do Idoso, a legislação social em vigor e as políticas públicas, contribuindo para a formação e o exercício da cidadania do estudante e da comunidade escolar;
- XVI acompanhar o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e a respectiva família na consecução de objetivos educacionais;
- XVII fortalecer a cultura de promoção da saúde física, mental, social, sexual, reprodutiva;
- XVIII apoiar o preparo básico para inserção do estudante no mundo do trabalho e na formação profissional continuada;
  - XIX -contribuir na formação continuada de profissionais da educação.
  - Art. 3º O assistente social da rede pública de educação básica deverá:
- I subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- II participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;



Praça Juscelino Kubitschek, 173 – Centro – 36.140-000 - Telefone: (32) 3281-1810

- III intermediar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- IV intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensinoaprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
- V garantir a qualidade de serviços do estudante infantojuvenil, de modo a garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- VI aprimorar a relação entre a escola, família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;
- VII favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
- VIII atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais;
- IX realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar de espaços coletivos de decisões;
- X -fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
- XI contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.
- **Parágrafo único.** A atuação do assistente social no âmbito da rede pública de educação básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos do Serviço Social.
  - Art. 4º O psicólogo da rede pública de educação básica deverá:
- I -subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem;
- II -participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
- III promover processos de ensino-aprendizagem mediante intervenção psicológica;
- IV -orientar ações e estratégias voltadas a casos de dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
- V -realizar avaliação psicológica ante as necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado;
- VI -auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a escola, o estudante e a família;



Praça Juscelino Kubitschek, 173 - Centro - 36.140-000 - Telefone: (32) 3281-1810

VII - contribuir na formação continuada de profissionais da educação;

VIII - oferecer programas de orientação profissional;

IX -avaliar condições sócio-históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos;

X -promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a escola e a comunidade;

XI - colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola.

Parágrafo único. A atuação do psicólogo na rede pública de educação básica de ensino dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos da Psicologia.

- Art. 5º Projeto de lei específico promoverá a criação dos cargos relativos às funções regulamentadas nesta lei, indicará quantitativo, carga horária e vencimentos, sendo que a(o) Assistente Social e a(o) Psicóloga(o) a que faz referência nesta lei será lotada(o) junto à Secretaria Municipal de Educação e o cargo inserido no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores integrantes do quadro de pessoal do magistério da administração pública direta do Município de Lima Duarte MG.
- § 1º Os profissionais regulamentados nesta lei serão nomeados após aprovação em concurso público, conforme regras estatutárias, devendo ser bacharel em Psicologia e Serviço Social, com registro ativo nos respectivos Conselhos Profissionais.
- § 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar os profissionais definidos nesta lei, através de processo seletivo simplificado, nos termos da Lei Municipal nº 1.350/08, enquanto não for realizado concurso público municipal com este propósito.
- **Art.** 6º As despesas relacionadas à criação de cargos públicos para psicólogos e assistentes sociais serão efetuadas em regime de colaboração com previstos na Lei Federal n°14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lima Duarte, 16 de fevereiro de 2022.

ELENICH PEREIRA DELGADO SANTELLO POR AFIXAÇÃO NO QUADRO Prefeita Municipal DE AVISOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

AVISOS DA PREFEITURA VIUNIGIA

DREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

EM